



Termo de Referência Nº 111/2026 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/AGIN

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 111/2026

CONTRATAÇÃO DE CRÉDITOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM DA PLATAFORMA MICROSOFT AZURE, NA MODALIDADE PAY AS YOU GO (PAYG)

PROCESSO SEI Nº 26.0.000022181-2

1. FUNDAMENTO LEGAL:

Legislação Federal/Nacional:

- a) [Lei nº 14.133/2021](#), de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- b) [Lei Complementar nº 123/2006](#) que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- c) [Lei nº 8.078/1990](#), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;
- d) Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021;
- e) Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 3 de outubro de 2022;

Legislação do Estado do Piauí:

- a) Decreto Estadual 21.872/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021, no âmbito do poder Executivo Estadual.

Legislação do Poder Judiciário:

- a) Provimento 13/2025 (SEI nº 6640734) que regula os procedimentos de obras, serviços, compras e alienações no âmbito do Tribunal de Justiça do Piauí e [Manual de Compras e Contratações do TJ-PI](#), **no que couber, haja vista o detalhamento e modelo de Estudos Preliminares para contratação de materiais e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação estarem previstos especificamente na Resolução nº 468/2022 do CNJ**;
- b) [Resolução TJ/PI nº 19/2007](#) que institui a Central de Licitações e Contratos do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e estabelece regras para licitação e contratos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí;
- c) [Resolução Nº 468/2022 / Guia de Contratações de STIC do Poder Judiciário](#), que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça.
- d) Provimento 13/2025 (SEI nº 6640734) que regula os procedimentos de obras, serviços, compras e alienações no âmbito do Tribunal de Justiça do Piauí e [Manual de Compras e Contratações do TJ-PI](#).
- e) Resolução nº 532/2026, que Institui a Política de Governança das Contratações Públicas, o

Programa Permanente de Capacitação dos Servidores e a Política de Gestão de Riscos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí;

f) Resolução Nº 418/2024, que dispõe sobre o Sistema de Gestão de Riscos – SGR do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

1.1. A licitante deverá se credenciar no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, sistema “Pregão Eletrônico”, para participar da Licitação.

1.2. OBJETO

1.2.1. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

O objeto deste Termo de Referência é a contratação de créditos de computação em nuvem da plataforma Microsoft Azure, na modalidade Pay As You Go (PAYG), para consumo sob demanda pela CONTRATANTE, incluindo a utilização de recursos de infraestrutura, serviços de plataforma e soluções disponíveis no Azure Marketplace incluindo o BALCÃO VIRTUAL, para fins de atendimento virtual e melhoria da prestação jurisdicional no âmbito do PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ, de acordo com as especificações, condições e quantidades estimadas descritas neste Termo de Referência

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	26077	<u>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRÉDITOS MICROSOFT AZURE NA MODALIDADE PAY AS YOU GO , PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.</u>	Crédito de Serviço em Nuvem. (CSN)	38	R\$	R\$

1.2.1.1. Das cotas reservadas a microempresas e empresas de pequeno porte (Lei Complementar 123/2006):

1.2.1.1.1. Não há reserva de cotas para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), com fundamento no artigo 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, que faculta à Administração Pública a não adoção do tratamento diferenciado e simplificado quando este se mostrar inviável ou desvantajoso ao interesse público.

1.2.1.1.2. A não aplicação de cotas reservadas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) justifica-se em razão da natureza específica do objeto licitado, cuja execução exige que os fornecedores sejam parceiros autorizados da Microsoft na categoria Licensing Solution Provider - LSP (<https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP>), com fornecimento de forma integrada e indissociável.

1.2.2. Definição e Especificação de Requisitos

A seguir, o rol de requisitos necessários para a escolha da solução.

1.2.2.1. REQUISITOS FUNCIONAIS

I - ACESSO INTEGRAL AO PORTFÓLIO E MARKETPLACE

- A solução de computação em nuvem deve permitir o acesso e o uso irrestrito de todo o catálogo de serviços nativos da plataforma MICROSOFT AZURE, incluindo recursos de infraestrutura (IAAS), plataforma (PAAS) e software (SAAS). Adicionalmente, deve possibilitar obrigatoriamente a utilização do AZURE MARKETPLACE para a aquisição e sustentação de soluções de terceiros, garantindo a viabilidade técnica e o modelo de licenciamento exigido pela nova versão do BALCÃO VIRTUAL.

II - MODELO DE CONSUMO E FATURAMENTO

- O fornecimento dos serviços de computação em nuvem deverá ocorrer obrigatoriamente na modalidade **Pay As You Go (PAYG)**, na qual o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI) realizará o pagamento exclusivamente pelos recursos efetivamente consumidos durante o período de apuração.
- O faturamento deverá ser realizado mensalmente, com base no consumo efetivamente registrado.
- Os serviços e produtos disponibilizados por terceiros por meio do **Azure Marketplace** deverão ser faturados de forma segregada, considerando o valor efetivamente consumido acrescido do percentual de **markup** contratado, entendido como o percentual de remuneração aplicado sobre os serviços de terceiros disponibilizados no marketplace.
- A fatura mensal deverá discriminar, de forma clara e individualizada:
 - Os valores referentes ao consumo dos serviços nativos da plataforma Microsoft Azure;
 - Os valores referentes ao consumo de produtos e serviços de terceiros adquiridos por meio do Azure Marketplace, acrescidos pelo valor markup aplicado, que deverá ser fixo até o final do contrato.
- O valor total da fatura corresponderá à soma dos valores consumidos na plataforma Microsoft Azure e dos valores relativos aos produtos e serviços de terceiros utilizados por meio do Azure Marketplace, acrescidos do respectivo markup contratual, quando aplicável

III - ESCALABILIDADE E DISPONIBILIDADE

- A solução deve oferecer mecanismos funcionais para o aumento ou redução automática de recursos computacionais (AUTO-SCALING), assegurando que o BALCÃO VIRTUAL suporte picos de acesso sem degradação de performance e sem interrupções por falta de créditos prévios, mantendo a continuidade do serviço judiciário em conformidade com as metas da STIC.

1.2.2.2. REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

I - Segurança de dados - conformidade com normas de privacidade e segurança

A contratada Deverá cumprir integralmente as normas legais vigentes que tratam sobre proteção de dados pessoais, incluindo a LEI GERAL DE PROTEÇÃO DEDADOS (LEI Nº 13.709/2018) e regulamentações correlatas, bem como as normas e boas práticas de segurança da informação e privacidade, nas informações que forem repassadas a ela no âmbito de suas responsabilidades durante o contrato.

A solução deverá permitir o cumprimento integral das normas legais vigentes que tratam sobre proteção de dados pessoais, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e regulamentações correlatas, bem como as normas e boas práticas de segurança da informação e privacidade aplicáveis, especialmente no âmbito do setor público. Deverá observar as normas de segurança e privacidade aplicáveis ao setor público, sendo que as atividades relacionadas à definição, implementação e execução de políticas de segurança da informação e proteção de dados pessoais são de responsabilidade da CONTRATANTE.

A plataforma Microsoft Azure disponibiliza recursos nativos de segurança da informação, incluindo mecanismos de criptografia de dados em repouso e em trânsito, controle de acesso, monitoramento e registro de eventos, cabendo à CONTRATANTE a definição, configuração e operação desses recursos conforme suas necessidades.

A plataforma disponibilizar mecanismos que permitem o monitoramento de ambientes e a identificação de eventos de segurança.

Em caso de incidentes de segurança da informação relacionados à plataforma, a CONTRATADA deverá prestar apoio técnico à CONTRATANTE na abertura e acompanhamento de chamados junto ao fabricante, sempre que houver dificuldades operacionais ou técnicas para a realização desse procedimento, atuando como facilitadora na interlocução e no acompanhamento das demandas até sua conclusão.

II - Controle de Acesso e Autenticação

O controle de acesso às informações e processos será hierarquizado, sendo que o acesso a dados e operações críticas será restrito de acordo com funções e permissões pré-definidas, por meio de um modelo de controle baseado em funções (RBAC - ROLE-BASED ACCESS CONTROL) integrado ao MICROSOFT ENTRA ID (antigo AZURE AD) do TJPI. Apenas usuários autorizados terão a capacidade de acessar, visualizar ou manipular informações sensíveis, respeitando a estrutura hierárquica definida pelo tribunal;

A validação do acesso a essas informações será feita automaticamente no sistema de origem da informação, garantindo que apenas os usuários com as permissões apropriadas possam interagir com os dados. A consulta a políticas de acesso e permissões também será realizada de forma automatizada dentro dos sistemas, assegurando conformidade e segurança;

Além disso, será implementada autenticação multifatorial (MFA) para todos os usuários que acessarem dados sensíveis ou realizarem operações críticas, aumentando a segurança e prevenindo acessos não autorizados, conforme a arquitetura da STIC do TJPI. A gestão de identidades será centralizada, permitindo a criação, atribuição e remoção de permissões de forma eficiente e segura, com base em políticas de segurança predefinidas e revisões periódicas de acessos.

III - Monitoramento e Resposta a Incidentes

Deverá ser possível o monitoramento contínuo dos ambientes, utilizando ferramentas capazes de detectar atividades suspeitas e apoiar a resposta a incidentes de segurança, contribuindo para a proteção contra tentativas de violação de dados e comportamentos anômalos.

A solução poderá fazer uso de ferramentas de prevenção de perda de dados (DLP - Data Loss Prevention), disponibilizadas na plataforma, sendo sua implementação, parametrização e operação de responsabilidade da CONTRATANTE

Deverão ser mantidos registros das operações realizadas (logs), conforme capacidade das ferramentas disponibilizadas pela plataforma, cabendo à CONTRATANTE a definição de políticas de auditoria, retenção, análise e conformidade com regulamentações aplicáveis, incluindo normas do CNJ e auditorias internas.

IV - Desempenho e Disponibilidade

Deverá ser garantido um SLA (Service Level Agreement) de alta disponibilidade, com um mínimo de 99,5% de uptime, assegurando a operação contínua e o acesso ininterrupto às funcionalidades críticas do BALCÃO VIRTUAL, conforme os níveis de serviço disponibilizados pela plataforma Microsoft Azure.

A plataforma Microsoft Azure deverá disponibilizar recursos que permitam a implementação de estratégias de failover e redundância de componentes, minimizando o impacto de falhas na infraestrutura e garantindo a continuidade das operações do TJPI, sendo a definição, configuração e operação dessas estratégias de responsabilidade da CONTRATANTE.

A plataforma deverá disponibilizar mecanismos de recuperação de desastres (Disaster

Recovery), para restaurar rapidamente o serviço em caso de falhas catastróficas.

V - Escalabilidade e Elasticidade

A infraestrutura deverá ser escalável tanto horizontalmente quanto verticalmente, permitindo a adição de novos recursos, usuários e volume de dados conforme a demanda aumentar, sem degradação de performance;

Deverá ser possível a utilização de serviços de orquestração e execução de contêineres para facilitar a elasticidade e alocação dinâmica de recursos, ajustando a capacidade conforme a demanda e otimizando o uso da infraestrutura.

VI - Interoperabilidade e Integração

A plataforma deverá permitir a integração com sistemas legados do TJPI por meio de APIs abertas e padronizadas;

A plataforma deverá permitir a utilização de mecanismos de integração que permita a coleta de dados de diferentes fontes e a criação de pipelines automatizados para carga, transformação e processamento de dados;

A plataforma deverá adotar padrões abertos (ex.: JSON, REST, FHIR) e conectores pré-construídos para garantir a interoperabilidade com outras plataformas e serviços, facilitando a troca de informações e integração futura com novos sistemas.

VII - Harmonização e Normalização de Dados

A plataforma Microsoft Azure deverá ser possível a utilização de processos automáticos de harmonização e normalização de dados para garantir que as informações provenientes de diferentes fontes sejam consolidadas de forma consistente e estejam prontas para análise

A plataforma Deverá possibilitar o enriquecimento dos dados, garantindo que informações faltantes sejam completadas e inconsistências sejam corrigidas para manter a integridade e qualidade das informações geridas pela STIC.

1.2.2.3. GOVERNANÇA E MANUTENIBILIDADE

I - Documentação e Suporte Técnico

O atendimento de demandas técnicas relacionadas ao ambiente em nuvem Microsoft Azure será realizado por meio dos canais oficiais de suporte do fabricante.

As solicitações deverão ser registradas diretamente junto à Microsoft, observando os fluxos, políticas e procedimentos definidos pelo provedor do serviço.

A atuação no contexto do suporte técnico seguirá as diretrizes do plano Basic do Azure, incluindo suas características de atendimento e limitações quanto a escopo e níveis de serviço.

A solução deverá ser acompanhada de documentação técnica compatível com o ambiente implementado, incluindo:

- Guias de configuração, administração e operação;
- Documentação de arquitetura da solução;
- Referências técnicas e orientações de uso dos serviços;
- Manuais de utilização e operação para equipes da contratante;
- Indicação da documentação oficial do fabricante para aprofundamento técnico.

II - Governança de Dados e Auditoria

Na plataforma Microsoft Azure deve ser possível a implementação de práticas de governança de dados, como políticas de retenção, arquivamento e descarte, garantindo conformidade com as normas de segurança e privacidade.

Na plataforma Microsoft Azure deve ser possível os registros detalhados de todas as operações

realizadas no sistema, facilitando auditorias e monitoramento contínuo para garantir a conformidade e integridade dos processos.

III - Facilidade de Manutenção e Atualização

Na plataforma Microsoft Azure deve ser possível:

- Que a arquitetura seja modular, permitindo que componentes individuais sejam atualizados ou substituídos sem impacto no funcionamento geral das soluções;
- A prática de DevOps, com pipelines de CI/CD (Integração Contínua e Entrega Contínua) para automatizar o processo de deployment e atualização de funcionalidades, garantindo menor tempo de inatividade e redução de riscos durante atualizações.

1.2.2.4. REQUISITOS DE COMPLIANCE E DE GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

A solução deverá apresentar alta disponibilidade, conforme especificado no item deste instrumento, garantindo a continuidade do serviço em níveis aceitáveis para o negócio da CONTRATANTE, em eventuais cenários de crise ou indisponibilidade do serviço, de acordo com os níveis de serviço disponibilizados pela plataforma Microsoft Azure.

As estratégias de continuidade e contingência de negócios deverão estar alinhadas com as melhores práticas de mercado, tais como as normas ABNT NBR ISO 22301 e 22313 e determinações dos órgãos reguladores.

Em caso de substituição da Contratada por um novo prestador de serviços, mediante nova contratação, deverá ser possível a transferência desses dados para o novo prestador, bem como sua exclusão após a confirmação de recebimento, sendo tais operações realizadas sob responsabilidade da CONTRATANTE

Em eventuais cenários de indisponibilidade do serviço prestado pela plataforma, a comunicação de incidentes e a gestão da continuidade dos serviços deverão seguir os níveis de serviço estabelecidos pelo provedor Microsoft Azure, cabendo à CONTRATADA auxiliar a CONTRATANTE na abertura de chamados quando forem necessários.

1.2.2.5. REQUISITOS DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA E DA INFORMAÇÃO, E PREVENÇÃO DE FRAUDES

Deverá permitir que todas as APIs e interfaces do sistema sejam protegidas nos acessos utilizando, no mínimo, padrão TLS.

A plataforma Microsoft Azure DEVE disponibilizar mecanismos para proteção e detecção contra vazamento de dados.

A plataforma Microsoft Azure Deverá registrar log de eventos relevantes do sistema e auditoria. Os registros de eventos devem conter, no mínimo, autor, origem, destino, data/hora e a descrição do evento.

Em infraestrutura de nuvem, a plataforma Microsoft Azure disponibiliza mecanismos para assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e recuperação dos dados e das informações processadas e armazenadas.

1.2.2.6. REQUISITOS DE AUDITORIA DA APLICAÇÃO

A plataforma Microsoft Azure deverá possuir registro e relatório de logs das falhas ocorridas;

A plataforma Microsoft Azure deverá garantir o registro, em trilhas de auditoria com gravação automática, de todas as ações realizadas pelos usuários, independente do perfil;

A plataforma Microsoft Azure deverá garantir que não seja possível alteração ou exclusão de nenhum registro ocorrido nas tabelas de log;

1.2.2.7. REQUISITOS DE INFRAESTRUTURA E ARQUITETURA DA SOLUÇÃO

A solução, quando possuir características que permitam customizações específicas, essas

funcionalidades devem está disponíveis para a contratante.

Deverá utilizar configurações de data, hora e fuso horário fornecidas pela "Hora Legal Brasileira (HLB)", provido pelo Observatório Nacional (ON) em todos os recursos e softwares que compõem a plataforma de nuvem (Cloud) onde a solução estará hospedada.

Deverá possuir todas as interfaces com o usuário do sistema e mensagens em Português (Brasil).

A CONTRATADA Deverá apoiar a equipe técnica da contratante na configuração inicial para acesso a plataforma MICROSOFT AZURE.

A solução Deverá funcionar nas estações de trabalho da CONTRATANTE, sem exigir a implementação de componentes adicionais aos Browser.

1.2.2.8. REQUISITOS PARA SOLUÇÃO E SEU PROVEDOR DE SERVIÇOS EM NUVEM

A plataforma MICROSOFT AZURE Deverá funcionar em provedor de serviços em nuvem cujos datacenters garantam a continuidade de negócios por meio da manutenção de plano de recuperação de desastres (Disaster Recovery – DR), contemplando medidas como balanceamento, conectividade e backup/restore (site backup), com disponibilidade de no mínimo 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento), conforme níveis de serviço disponibilizados pelo provedor Microsoft Azure.

Deverá funcionar em provedor de serviços em nuvem cujos datacenters possuam sistemas de energia elétrica projetados para serem totalmente redundantes e passíveis de manutenção, sem impacto para as operações, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, conforme especificações e padrões do provedor Microsoft Azure.

Os datacenters do provedor de nuvem deverão garantir, com base em padrões de tecnologia, a proteção física e lógica dos dados contra violações, incêndios, inundações, ataques físicos, virtuais e outras ameaças, conforme políticas e certificações do provedor Microsoft Azure

Deverá possuir recursos de criptografia e descryptografia de dados e objetos, sem perda significativa de performance, sendo tais recursos disponibilizados pela plataforma Microsoft Azure.

1.2.2.9. REQUISITOS DE REDE E TELECOMUNICAÇÕES

A conexão com os serviços da Nuvem Azure se dará através da Internet com criptografia (TLS/HTTPS), o que garante a confidencialidade e integridade dos dados sem a necessidade mandatória de circuitos físicos dedicados (como MPLS ou Links Ponto-a-Ponto).

1.2.2.10. REQUISITOS DE INTEGRAÇÃO

A solução deverá permitir a integração via API, podendo fazer uso de softwares e recursos necessários para este fim.

O acesso aos serviços na nuvem deverá ser permitido somente para usuários autenticados no diretório da CONTRATANTE.

1.2.2.11. REQUISITOS DE MONITORAMENTO

Deverá possuir ferramenta de monitoramento para alarme de eventuais incidentes ou falhas do funcionamento.

Deverá prover interfaces de integração de modo a permitir que as ferramentas de monitoramento da CONTRATANTE sejam alimentadas com informações suficientes para que o sistema possa ser acompanhado pela área da CONTRATANTE responsável pelo monitoramento do ambiente de produção.

A plataforma Microsoft Azure deve disponibilizar recursos como painéis, dashboards e demais funcionalidades que permitam o monitoramento dos eventos ocorridos no ambiente, podendo ser acessados pela CONTRATANTE

1.2.2.12. REQUISITOS TEMPORAIS

1. O presente instrumento vigorará por 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, observadas as condições e limites estabelecidos no art. 107 da Lei 14.133/2021, já incluído o primeiro ano de vigência.

2. A tabela abaixo prevê os prazos para execução das etapas desde a assinatura do contrato, bem como estipula os prazos para cumprimento das ações subsequentes:

<u>Evento</u>	<u>Início</u>	<u>Fim</u>	<u>Responsável</u>	<u>Recorrência</u>
Evt-1: Vigência Contratual	Data da publicação do Contrato	12 meses	-	-
Evt-2: Indicação do preposto	Após Evt-1	Em até 2 dias úteis	CONTRATADA	Não
Evt-3: Reunião inicial	Após Evt-1	Em até 5 dias úteis	CONTRATADA	Não
Evt-4: Enviar documento com canais de atendimento e contato do preposto	Após Evt-3	Em até 5 dias úteis	CONTRATADA	Não
Evt-5: Liberação para consumo dos créditos em nuvem	Após Evt-1	Sob demanda, em até 10 dias úteis após a ordem de serviço, para a liberação dos créditos.	CONTRATADA	Não
Evt-6: Envio do Relatório de consumo mensal	Após Evt-5	Até 5º dia útil do mês	CONTRATADA	Mensal
Evt-7: Emissão do Termo de Recebimento Provisório e solicitação de envio de notas fiscais	Após Evt-6	Em até 5 (cinco) dias úteis	CONTRATANTE	Mensal
Evt-8: Avaliação da qualidade e conformidade com preenchimento do Relatório de Análise Técnica (RAT)	Após Evt-7	Em até 3 dias úteis	CONTRATANTE	Mensal
Evt-9: Saneamento de eventuais irregularidades apontadas	Após Evt-8	Em até 3 dias úteis	CONTRATADA	Eventual
Evt-10: Emissão e envio do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Após Evt-7	Em até 10 (dez) dias úteis após recebimento provisório	CONTRATANTE	Mensal
Evt-11: Emissão e envio da nota fiscal	Após Evt-10	conforme item 4.10. deste termo de referência.	CONTRATADA	Mensal
Evt-12: Pagamento	Após Evt-11	conforme item 4.10. deste termo de referência.	CONTRATANTE	Mensal

1.2.2.13. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

a) A solução deve estar em conformidade com a [Política de Segurança da Informação do Tribunal de Justiça do Piauí](#).

b) Todas as informações consideradas sensíveis pelo TJPI deverão ser resguardadas por parte da CONTRATANTE não sendo permitido, em hipótese alguma, o compartilhamento, cópia, retirada, reprodução, carga, levantamento, entre outros, de informações oriundas dos usuários

da solução ou de sistemas informatizados institucionais sem a devida autorização prévia e expressa por parte da autoridade competente do TJPI.

c) São consideradas sensíveis, para fins de aplicação do item anterior, aquelas informações que por sua natureza são consideradas de interesse confidencial, restrita ou sigilosa como, por exemplo:

- Parte ou totalidade das informações armazenados nas bases de dados do sistema sobre os servidores do TJPI, sejam elas residentes interna ou externamente.
- Circulares e comunicações internas do TJPI.
- Quaisquer processos ou documentos classificados como RESTRITO ou CONFIDENCIAL pelo TJPI.

1.2.2.14. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

A contratação observará práticas de sustentabilidade, integrando-se às medidas ambientais previstas no [Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí](#), na forma da [Resolução TJ/PI nº 242/2021](#) (dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável - PLS 2021/2026 do Poder Judiciário do Estado do Piauí - PJPI e sobre competências da Comissão Gestora do PLS - CGPLS e do Núcleo de Gestão Socioambiental - NUSA), publicada em atenção ao determinado na [Resolução CNJ nº 400/2021](#) (dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário).

Em especial, os **os serviços a serem contratados devem assegurar a acessibilidade a pessoas com deficiência**, especialmente visual e auditiva, em igualdade de condições com os demais usuários;

Desta forma, visando ao fomento do desenvolvimento nacional sustentável, serão observados os princípios da economicidade, eficácia e eficiência para melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais, de forma a utilizar-se da menor quantidade possível de recursos que causem impactos negativos para a sociedade e para o meio ambiente.

2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Motivação

A presente demanda decorre da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços em nuvem atualmente utilizados pelo TJPI, considerando a proximidade do encerramento do contrato vigente e a dependência institucional de serviços hospedados na plataforma Microsoft Azure. Ademais, o sistema Balcão Virtual passará por atualização tecnológica, ressaltando-se que a nova versão é comercializada por meio do Azure Marketplace e registrada como consumo na assinatura Azure, exigindo contrato compatível com o modelo pós-pago (pay as you go). A contratação permitirá flexibilidade, escalabilidade, controle orçamentário e aderência ao modelo de cobrança mensal conforme consumo efetivo.

2.2. Justificativa da contratação

- A presente demanda decorre da necessidade imperativa de assegurar a continuidade dos serviços em nuvem atualmente utilizados pelo TJPI, considerando a proximidade do encerramento do contrato vigente e a dependência institucional de serviços críticos hospedados na plataforma Microsoft Azure.
- Ressalta-se que o sistema Balcão Virtual passará por uma atualização tecnológica essencial, sendo que sua nova versão é comercializada por meio do Azure Marketplace e registrada como consumo direto na assinatura Azure. Tal configuração exige um contrato compatível com o modelo pós-pago (pay as you go), garantindo flexibilidade, escalabilidade, controle orçamentário rigoroso e aderência ao modelo de cobrança mensal conforme o consumo efetivo dos recursos.

- A manutenção e expansão desta solução encontram amparo legal e normativo na Resolução nº 372 do CNJ, que estabelece a obrigatoriedade de os Tribunais disponibilizarem ferramenta de videoconferência para contato imediato com as unidades judiciárias. O Balcão Virtual consolidou-se como a plataforma estratégica para o cumprimento desta norma, sendo executado com base nas ferramentas Microsoft 365 e nuvem Microsoft Azure.
- O objetivo central deste processo é a obtenção de créditos para manter operacionais os serviços existentes, como o próprio Balcão Virtual, o Company Communicator (INFORME-SE), e a disponibilização de novos serviços no ambiente de nuvem caso haja necessidade.
- Diante da consolidação do Microsoft Teams como principal ferramenta de colaboração e comunicação, surgiram novas necessidades de agendamento para atendimentos virtuais e controle de acessos (Bookings) e soluções de comunicação em massa. A computação em nuvem via Azure é a solução atualmente compatível e integrada ao ambiente tecnológico adotado pelo TJPI, permitindo:
 - Manter o fornecimento das ferramentas e produtos atualmente em uso;
 - Adequar os quantitativos às necessidades atuais e futuras da instituição;
 - Otimizar o uso de recursos integrados e gerenciar a infraestrutura de acordo com a necessidade de desempenho;
 - Reduzir o tempo de implantação de servidores para novos sistemas e diminuir custos com infraestrutura física local.
- A ausência desta contratação acarretaria consequências de alto impacto, uma vez que o fluxo de trabalho de magistrados, servidores e colaboradores baseia-se nos serviços de nuvem existentes. A interrupção afetaria a elaboração de relatórios gerenciais para tomada de decisão e causaria a indisponibilidade de recursos operacionais já implantados, gerando descumprimento de requisitos regulatórios e perda da eficácia no atendimento ao jurisdicionado.
- Portanto, por ser uma solução integradora e essencial, a renovação e adequação do modelo de créditos Azure é fundamental para a continuidade e expansão dos serviços oferecidos pelo Balcão Virtual, capacitando este Tribunal a atender às demandas de maneira eficaz e abrangente, em total conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

2.3. Alinhamento Estratégico

ALINHAMENTO - ENTIC-JUD 2021 -2026		
	Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo
4.1.1 Sociedade	Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário	Atuar na melhoria e no incremento da qualidade dos atendimentos e da experiência dos serviços ofertados aos usuários do Poder Judiciário, seja de forma presencial ou virtual.
	Promover Transformação Digital	Promover o aperfeiçoamento dos resultados utilizando as ferramentas tecnológicas disruptivas de transformação digital com o objetivo de otimizar os recursos humanos e aprimorar a eficácia na execução dos recursos financeiros, seguindo o princípio da economicidade processual e a satisfação dos usuários.

Previsão da Contratação no PACTIC:

A presente contratação está prevista no PACTIC 2026 (26.0.000008306-1) (Ata Comissão/Comitê/Grupo de Trabalho 18 (SEI nº 7768410)):
"Infraestrutura em Nuvem"

Planejamento Estratégico – Ciclo 2021-2026 (CICLO 2021-2026)	
Id	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
III	AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Objetivos:	Materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também a soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja, a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

2.4. OBJETIVOS

2.4.1. A necessidade da ADMINISTRAÇÃO é a contratação que visa garantir infraestrutura de nuvem escalável para suporte, sustentação e evolução da solução BALCÃO VIRTUAL, por meio do consumo de recursos de infraestrutura e serviços do AZURE MARKETPLACE na plataforma MICROSOFT AZURE. O objetivo é o fortalecimento e expansão das soluções de tecnologia e atendimento digital atualmente em uso no âmbito do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, promovendo serviços com qualidade e efetividade, baseados nos princípios da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e alinhados com as diretrizes estratégicas e objetivos disciplinados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CICLO 2021-2026 do TJPI e no PACTIC.

2.5. Referência aos Estudos Técnicos Preliminares

2.5.1. Este Termo de Referência foi elaborado com base no Documento de Oficialização da Demanda 35 (SEI nº 7875628) e nos Estudos Preliminares da STIC 1 (SEI nº 7889052).

2.6. Análise de Mercado de TIC

2.6.1. A análise de mercado, conforme detalhado nos Documento de Oficialização da Demanda 35 (SEI nº 7875628), identificou que o serviço solicitado é considerado como serviço comum, com ampla oferta no mercado. A pesquisa de preços, que fundamenta o valor estimado da contratação, baseou-se em contratações públicas similares, utilizando o sistema Banco de Preços, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e o Painel de Preços do Governo Federal.

2.6.2. O orçamento detalhado consta nos Cálculos de Pesquisa de Preços Nº 98/2026 (SEI nº 7926865) e na Pesquisa de Preços Nº 109/2026 (SEI nº 7926877).

2.7. BENEFÍCIOS E RESULTADOS

A contratação de créditos na plataforma MICROSOFT AZURE no modelo de pós-pagamento deverá proporcionar uma série de ganhos operacionais e estratégicos para o TJPI, conforme detalhado abaixo:

- Benefícios Diretos:
 - Garantia da continuidade das soluções de TI e dos sistemas institucionais já presentes no Tribunal, evitando interrupções nos serviços judiciais;
 - Manutenção de alta disponibilidade para os dados e recursos contratados, assegurando acesso constante às plataformas de atendimento;
 - Ampliação da capacidade de processamento e armazenamento de dados sob

demanda, permitindo que a infraestrutura acompanhe o crescimento do volume processual;

- Controle e redução dos custos com base em seu uso efetivo e ajustado conforme a demanda real (pay-as-you-go), eliminando desperdícios com recursos ociosos;
- Elevação do nível de segurança no armazenamento dos dados institucionais, utilizando protocolos de proteção avançados da plataforma Azure;

- Benefícios Indiretos:

- Redução significativa do tempo de implantação de servidores que irão hospedar novos sistemas, conferindo agilidade ao desenvolvimento de soluções para o jurisdicionado;
- Possibilidade de contratação e integração de diversas soluções tecnológicas e softwares via Marketplace, de acordo com as necessidades específicas e emergentes do Tribunal;
- Melhoria na prestação jurisdicional por meio da estabilidade do Balcão Virtual, facilitando o acesso do cidadão à justiça;
- Alinhamento com as metas de sustentabilidade e transformação digital estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

2.8. Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL
1	26077	<u>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRÉDITOS MICROSOFT AZURE NA MODALIDADE PAY AS YOU GO, PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.</u>	Crédito de Serviço em Nuvem.	38

3. Impacto Ambiental

3.1. A contratação observará práticas de sustentabilidade, integrando-se às medidas ambientais previstas no [Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí](#), na forma da [Resolução TJ/PI nº 242/2021](#) (dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável - PLS 2021/2026 do Poder Judiciário do Estado do Piauí - PJPI e sobre competências da Comissão Gestora do PLS - CGPLS e do Núcleo de Gestão Socioambiental - NUSA), publicada em atenção ao determinado na [Resolução CNJ nº 400/2021](#) (dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário).

3.2. O fornecedor deverá atender aos critérios de sustentabilidade ambiental, bem como priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto, bem como respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos.

3.3. Deverá a contratada adotar boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis.

3.4. Dessa forma, considerando a necessidade de implantação de práticas de sustentabilidade, deve-se contratar empresas que sejam comprometidas com a sustentabilidade.

3.5. Impacto Social e Cultural

3.5.1. A contratação promove a inclusão ao priorizar soluções digitais com recursos de acessibilidade, como suporte a alto contraste e ampliação de texto, contribuindo para a eliminação de barreiras tecnológicas para pessoas com deficiência.

3.6. Conformidade Legal

a) Esta contratação busca atender as necessidades do TJPI, obedecendo às seguintes legislações:

Legislação Federal/Nacional:

[Lei nº 14.133/2021](#) que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

[Lei Complementar nº 123/2006](#) que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

[Lei nº 8.078/1990](#), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 3 de outubro de 2022 que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

Legislação do Estado do Piauí:

Decreto Estadual 21.872/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021, no âmbito do poder Executivo Estadual;

[Resolução TJ/PI nº 19/2007](#) que Institui a Central de Licitações e Contratos do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e estabelece regras para licitação e contratos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí.

Legislação do Poder Judiciário:

[Resolução Nº 468/2022 / Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário](#), que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça.

Provimento 13/2025 (SEI nº 6640734) que regula os procedimentos de obras, serviços, compras e alienações no âmbito do Tribunal de Justiça do Piauí e [Manual de Compras e Contratações do TJ-PI](#).

Resolução nº 247/2021, que Institui a Política de Governança das Contratações Públicas, o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores e a Política de Gestão de Riscos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí;

Resolução Nº 418/2024, que dispõe sobre o Sistema de Gestão de Riscos – SGR do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

b) No que tange à legislação específica, não fora encontrada nenhuma observância obrigatória para o projeto em epígrafe.

4. DA LICITAÇÃO

4.1. Da Pretensão da Contratação

4.1.1. A contratação de créditos de computação em nuvem da plataforma MICROSOFT AZURE, na modalidade PAY AS YOU GO (PAYG), para suporte, sustentação e evolução da solução BALCÃO VIRTUAL, abrangendo o uso de recursos de infraestrutura, serviços de plataforma e soluções do AZURE MARKETPLACE, para fins de atendimento virtual e melhoria da prestação

jurisdicional no âmbito do PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ, de acordo com as especificações, condições e quantidades estimadas, conforme descritas neste TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos.

4.1.2. Verifica-se que os objetos pretendidos são oferecidos por diversas empresas parceiras e revendedoras autorizadas no mercado de TIC, e apresentam características padronizadas e usuais de serviços de computação em nuvem pública.

4.2. Da Natureza do Objeto da Contratação

O serviço previstos enquadra-se como "serviço comum", conforme definido no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021: "*Art. 6º [...] XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.*", pelos seguintes motivos:

Além disso, os padrões de qualidade e desempenho são amplamente aceitos no mercado e refletem práticas comuns, conforme comprovado por contratações semelhantes realizadas por outras entidades da Administração Pública. Essas características tornam o objeto plenamente compatível com o conceito de "serviço comum", permitindo uma contratação segura e eficiente.

A justificativa para a contratação de serviços contínuos do Microsoft Azure baseia-se na necessidade de garantir a **disponibilidade ininterrupta, segurança e escalabilidade** das operações de TI, essencial para o funcionamento permanente de atividades finalísticas, permitindo que a administração pague apenas pelo que utiliza (modelo *pay-as-you-go*).

4.3. Do Parcelamento e Adjudicação

4.3.1. Por ser uma contratação de item único, o parcelamento não se mostra necessário, conforme abaixo:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL
1	26077	<u>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRÉDITOS MICROSOFT AZURE NA MODALIDADE PAY AS YOU GO, PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.</u>	Crédito de Serviço em Nuvem.	38

4.3.2. Adjudicação do objeto: Tratando-se de item único, a adjudicação do objeto deverá ser realizada pelo tipo menor preço por item.

4.3.3. Para o presente procedimento de contratação **não será exigida a apresentação de amostra física** do objeto, em razão da natureza do fornecimento e da prestação de serviços envolvidos.

4.4. Modalidade e Tipo de Licitação

Conforme mencionado anteriormente, o objeto a ser contratado apresenta características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir que o objeto é comum e, portanto, tem-se como melhor opção a utilização da modalidade "Pregão Eletrônico", sendo preferencialmente do tipo "Menor Preço por item, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação

4.5. Critérios de Habilitação

4.5.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.5.2. Da Consulta aos Cadastros

4.5.3. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.14 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF – Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantida pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

4.5.4. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

4.5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre outras sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.5.6. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

4.5.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([IN nº 3/2018, art. 29, § 1º](#)).

4.5.8. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([IN nº 3/2018, art. 29, § 2º](#)).

4.5.9. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

4.5.10. Habilitação Jurídica

4.5.11. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.5.12. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.5.13. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.5.14. Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.5.15. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no DOU e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento ([Normativa DREI/ME nº 77/2020](#));

4.5.16. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.5.17. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato

constitutivo no Registro competente, com averbação na Matriz;

4.5.18. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, arquivados na Junta Comercial ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas ([Lei 5.764/1971, art. 107](#));

4.5.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidações respectivas.

4.5.20. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

4.5.21. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;;

4.5.22. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.5.23. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.5.24. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.5.25. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.5.26. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.5.27. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital e Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.5.28. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.5.29. Qualificação Econômico-Financeira

4.5.30. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

4.5.31. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)).

4.5.32. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e/ou demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis por lei **devidamente registrados nos órgãos competentes (Junta Comercial do Estado de origem), originais ou cópias autenticadas, que comprovem a boa situação financeira da empresa**, extraído do Livro Diário, **apresentados na forma da lei ou na forma de Escrituração Contábil Digital (ECD) junto ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), nos termos da Instrução Normativa nº 2.003/2021-RFB.**

4.5.32.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço

patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

4.5.32.2. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de 6% (seis por cento) do valor total estimado do(s) item(ns) arrematado(s) pelo licitante.

4.5.32.3. .As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

4.5.32.4. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

4.5.32.5. O pregoeiro poderá solicitar declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, a ser apresentada pelo fornecedor, que ateste o atendimento dos índices econômicos previstos neste edital.

4.5.33. Qualificação Técnica

4.5.34. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços/bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.5.35. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Apresentação de no mínimo um atestado de capacidade técnica, de execução de serviço de fornecimento de créditos com pelo menos 10% do quantitativo pretendido neste Termo de Referência;

a.1) Na hipótese de a unidade de medida constante do atestado fornecido, for diferente de créditos de serviço em nuvem - CSN, mas inquestionavelmente referir-se ao mesmo tipo de serviço, deverá comprovar o equivalente à 10% do quantitativo pretendidos neste Termo de Referência, realizando-se as conversões necessárias.

4.5.36. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.

4.5.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.5.38. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.6. DA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

4.6.1. Papéis desempenhados na contratação

4.6.2. A execução e fiscalização do contrato serão realizadas pelos seguintes papéis, com suas respectivas responsabilidades:

ID	Função	Formação	Atribuições/Responsabilidades
1	Fiscal Técnico	Servidor do TJPI representante da Área de Tecnologia da Informação.	1 - Acompanhar às ordens de serviços; 2 - Apoiar o gestor do contrato quanto às questões técnicas referente aos produtos e serviços. 3 - Avaliar e manter a solução de TIC em aderência às regras da governança e da alta administração da TJPI.
2	Fiscal Demandante	Servidor do TJPI representante da Área Requisitante da Solução	1 - Acompanhar a entrega do produto com vistas a verificar o atendimento da necessidade do negócio.
3	Fiscal Administrativo	Servidor do TJPI representante da Área Administrativa.	1 - Verificação de aderência aos termos contratuais. 2 - Verificação das regularidades fiscais, para fins de pagamento.
4	Gestor do Contrato	Servidor do TJPI com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato	1 - Iniciar o contrato. 2 - Monitorar a execução do contrato. 3 - Autorizar a emissão/pagamento de notas fiscais.
5	Integrante Requisitante	Servidor do TJPI representante da Área Requisitante da solução	1 - Apoiar no fornecimento de informações sobre o processo ao fiscal requisitante e demais fiscais de contrato.
6	Integrante Técnico	Servidor do TJPI representante da Área de Infraestrutura	1 - Acompanhar, auxiliar e supervisionar durante a fase de elaboração do projeto de contratação, as questões técnicas da solução, caso necessário.
7	Preposto	Funcionário da CONTRATADA	1 - Acompanhar a execução do contrato. 2 - Atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE. 3 - Receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual. 4 - Atender todas as requisições da TJPI em tempo hábil de acordo com o disposto no Termo de Referência e no Contrato; 5 - Atualizar ou orientar a Contratante quanto a atualizações da solução, sempre que necessário; 6 - Manter a confidencialidade dos dados que tiver acesso em decorrência do contrato a ser

4.7. Formas de comunicação e acompanhamento da execução do contrato

4.7.1. Todas as comunicações referentes à execução do contrato ou outras necessárias, bem como juntada de documentação serão consideradas regularmente feitas por meio eletrônico. A contratada deverá utilizar-se da ferramenta de Peticionamento Eletrônico, via sistema SEI, conforme manual disponível no link https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/wp-content/uploads/2021/04/Manual__Peticionamento_tjpi.pdf, em consonância com a Portaria/TJPI Nº 365/2021.

4.7.2. Em caso de dúvidas acerca da ferramenta de peticionamento eletrônico ou uso da plataforma SEI poderá ser consultado o endereço eletrônico <https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/sei>.

4.7.3. Será admitida a protocolização de documento por meio diverso quando se mostrar

tecnicamente inviável a utilização do meio eletrônico e se verificar risco de dano relevante à celeridade do processo, nessa hipótese, a contratada deverá protocolar no Serviço de Protocolo do TJ/PI, por meio físico ou virtual, através do e-mail protocolo@tjpi.jus.br.

4.8. Principais marcos e eventos da Execução do contrato

4.8.1. A execução do contrato seguirá os seguintes marcos principais:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO	ATORES	ARTEFATO
1	Assinatura do Contrato	Conforme cronograma da licitação.	Representante Legal da Contratada / Gestor do TJPI.	Contrato/Ata assinada.
2	Emissão da Ordem de Serviço.	Após a assinatura do contrato, para início da prestação dos serviços em até 10 dias.	Gestor do Contrato.	Ordem de Serviço emitida.
3	Da prestação do serviço.	Por se tratar de prestação de serviços tecnológicos, o contrato é executado de forma contínua, contado da data constante da ordem de serviço, e os serviços precisam estar disponíveis 24 x 7 e o Serviço de Suporte 8 x 5.	Preposto da Contratada / Fiscais do Contrato.	Nota Fiscal e Relatório de Entrega.
4	Recebimento Provisório.	Conforme prazo a ser definido no contrato, após a entrega.	Fiscais do Contrato.	Termo de Recebimento Provisório.
5	Recebimento Definitivo.	Conforme prazo a ser definido no contrato, após o recebimento provisório.	Fiscais do Contrato.	Termo de Recebimento Definitivo.

4.8.2. DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA

• INICIAÇÃO

- A CONTRATADA terá o prazo de 03 (três) dias úteis para assinatura do contrato, contados da disponibilização no sistema SEI (ETAPA 01).
- Em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação do extrato do contrato no DIÁRIO DA JUSTIÇA, a equipe da STIC do TJPI e a CONTRATADA deverão promover a REUNIÃO INICIAL de planejamento (EVT-3). O objetivo é viabilizar o início das ações, definir a forma de comunicação, alinhar e planejar as atividades no ambiente tecnológico do tribunal.
- Deverão estar presentes na REUNIÃO INICIAL: a equipe de fiscalização, o PREPOSTO da empresa e a EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.

• EXECUÇÃO E PRAZOS

- O fluxo de execução e fornecimento dos créditos AZURE deverá observar rigorosamente os seguintes prazos e eventos:
- I - VIGÊNCIA CONTRATUAL (EVT-1): Inicia-se na data da publicação do contrato, com duração de 12 meses.
- II - INDICAÇÃO DO PREPOSTO E CANAIS DE ATENDIMENTO: Após o início da vigência contratual, a CONTRATADA tem até 02 (dois) dias úteis para indicar o PREPOSTO e até 05 (cinco) dias úteis, a partir da reunião inicial, para enviar o documento com os canais de suporte técnico e contatos oficiais.
- III - LIBERAÇÃO DOS CRÉDITOS (EVT-5): A liberação para consumo dos créditos em

nuvem AZURE (ETAPA 03) ocorrerá sob demanda, em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO pela STIC. O prazo de suporte técnico inicia-se imediatamente após a liberação dos créditos (ETAPA 04).

- IV - RELATÓRIO E CONFORMIDADE (EVT-6 A EVT-9): A CONTRATADA deverá enviar o RELATÓRIO DE CONSUMO MENSAL até o 5º dia útil de cada mês. A STIC emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO em até 5 (cinco) dias úteis. A avaliação de qualidade via RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA (RAT) será feita em até 03 (três) dias úteis, mesmo prazo concedido para saneamento de eventuais irregularidades.
- V - RECEBIMENTO DEFINITIVO E PAGAMENTO (EVT-10 A EVT-12): O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (TRD) será emitido em até 10 (dez) dias úteis após o provisório. Após o TRD, a CONTRATADA emitirá a NOTA FISCAL para que o TJPI realize o pagamento **conforme item 4.10. deste termo de referência.**
- Caso necessária a prorrogação do prazo para entrega de quaisquer itens ou serviços, a CONTRATADA deverá solicitar formalmente em até 05 (cinco) dias úteis antes da data limite, com as devidas justificativas para análise da STIC.
- O descumprimento dos prazos indicados ou do cronograma aprovado pelo TJPI poderá ser considerado inexecução contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções administrativas estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos.

4.9. Dinâmica da execução

4.9.1. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato serão exercidos pela Superintendência de Gestão de Contratos e Convênios, com auxílio do fiscais do contrato, especialmente designados para este fim, que deverão informar ao gestor do contrato as ocorrências durante seu andamento;

4.9.2. Compete ao gestor e aos fiscais do contrato dirimir eventuais dúvidas que surgirem no curso da sua prestação e de tudo dar ciência à empresa CONTRATADA, para fiel execução contratual durante toda a vigência do contrato, de acordo com os termos da [Lei nº 14.133/2021](#);

4.9.3. Sem prejuízo da plena responsabilidade da empresa CONTRATADA perante o TJPI ou terceiros, os produtos e eventuais serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização;

4.9.4. A presença do servidor designado como gestor do contrato e dos servidores designados como fiscais não diminuirá a responsabilidade contratual da empresa CONTRATADA.

4.9.5. Instrumentos formais de solicitação do objeto

4.9.6. A assinatura do contrato, ordem de recebimento ou ordem de serviço será o instrumento formal de solicitação dos bens pertencentes ao escopo desta contratação.

4.9.7. Níveis de Serviços Exigidos (NSE)

Conforme este Termo de Referência e seu **ANEXO II** (Anexo 841 (8286449));

4.9.8. Especificações Técnicas:

Conforme este Termo de Referência e seu **ANEXO II** (Anexo 841 (8286449));

4.9.9. Qualificação Técnica dos Profissionais

4.9.10. Todas as atividades de suporte técnico do objeto desta contratação, deverão ser realizadas por meio dos canais oficiais de suporte do fabricante.

4.9.11. As solicitações deverão ser registradas diretamente junto à Microsoft, observando os fluxos, políticas e procedimentos definidos pelo provedor do serviço.

4.9.12. Forma de recebimento provisório/definitivo e qualidade

4.9.13. Por ocasião do recebimento do serviço serão aferidas a qualidade e a quantidade de acordo com a proposta vencedora.

4.9.14. O objeto do contrato será recebido mensalmente:

4.9.15. O serviço deverá ser entregue junto com a Nota Fiscal e a cópia do Contrato/ Ordem de Serviço.

4.9.16. Nos termos do art.140, da lei 14.133/2021, o objeto desta licitação será recebido:

4.9.17. Provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do objeto com as exigências contratuais;

4.9.18. Definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.9.19. Será assegurado a qualquer fornecedor, ou pessoa por ele indicado, o direito de acompanhar a verificação de conformidade de qualidade e quantidade do serviço/material entregue, desde que haja a expressa manifestação até a data do recebimento provisório, ocasião em que lhe será informada a data e horário para a conferência.

4.9.20. Os serviços entregues em desconformidade com o especificado neste Termo ou o indicado na proposta, serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a substituí-lo no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da Notificação escrita, necessariamente acompanhada do Termo de Recusa do Serviço/Material, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

4.9.21. A notificação de que trata o item anterior suspende os prazos de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

4.9.22. O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho dos produtos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização;

4.9.23. Comprovado que os serviços entregues sejam oriundos de crimes, contravenções ou em especificações diversas das licitadas, fornecidos como se fossem originais e genuínos, o TJPI promoverá o procedimento administrativo legal que o caso requer;

4.9.24. Na entrega do objeto, as despesas de embalagem, seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições do objeto, indicadas pela CONTRATANTE, deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

4.9.25. Estará sujeita ao que rege a Lei Federal nº 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.9.26. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato deste instrumento no Portal nacional de Contratações públicas - PNCP, prorrogável, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei 14.133/2021.

4.10. Forma de Pagamento

4.10.1. O pagamento obedecerá, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, conforme determinado pela IN TCE/PI nº 02/2017 e arts.141 a 146, da Lei 14.133/2021;

4.10.2. O pagamento será efetuado pela Administração de acordo com o quantitativo de créditos utilizados na plataforma em nuvem. Desta forma, ao final de cada mês será emitido pela CONTRATADA um relatório de utilização da ferramenta, por meio de requerimento de pagamento realizado de forma eletrônica, nos termos da Portaria/TJPI Nº

365/2021, em moeda corrente nacional, por Ordem Bancária.

4.10.2.1. A CONTRATADA estará sujeita a glosas, em decorrência de eventual descumprimento do Acordo de Nível de Serviço, que estabelece padrões mínimos de disponibilidade de serviços e tempo de resposta.

4.10.3. O pagamento deverá ser realizado **mensalmente**, de acordo com o uso de créditos pela contratante.

4.10.4. O pagamento estará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

- a) Requerimento de Pagamento;
- b) Atesto da Despesa, devidamente preenchido e assinado;
- c) Apresentação da Nota Fiscal com dados bancários, fatura ou documento equivalente, atestado pelo setor competente;
- d) Cópia do Contrato Administrativo ou da Ordem de Fornecimento;
- e) Cópia da Nota de Empenho;
- f) Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- g) Prova de regularidade do FGTS;
- h) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede e dívida ativa;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e
- j) Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

4.10.5. As certidões extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas letras f, g, h, i, que se dará por consulta *ON LINE*, nos termos da [Instrução Normativa nº 03/2018 - SEGES/MPDG](#).

4.10.6. Para fins de cumprimento do disposto no item 4.10.2, em consonância com a Portaria/TJPI Nº 365/2021, a contratada deverá utilizar-se da ferramenta de Peticionamento Eletrônico via sistema SEI para a solicitação de pagamento e juntada da documentação necessária, conforme manual disponível no link https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/wp-content/uploads/2021/04/Manual_Peticionamento_tjpi.pdf;

4.10.7. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, após o recebimento definitivo do bem ou prestação do serviço, sem que o CONTRATADO realize o PETICIONAMENTO ELETRÔNICO DE PAGAMENTO, nos termos da Portaria/TJPI Nº 365/2021, permanecendo inerte, o FISCAL DO CONTRATO deverá solicitar de ofício o pagamento do CONTRATADO à Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do final do prazo anterior com a finalidade de evitar abertura de processos de pagamentos de exercícios anteriores e/ou enriquecimento sem causa por parte da Administração Pública.

4.10.8. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela licitante vencedora, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.

4.10.9. O prazo para a liquidação da despesa será de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

4.10.10. O prazo supra poderá ser excepcionalmente prorrogado, por igual período, desde que justificadamente houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.10.11. O pagamento será efetuado em até 04 (quatro) dias úteis, a contar da liquidação da despesa.

4.10.12. O pagamento será realizado mediante crédito bancário, de titularidade da CONTRATADA e vinculado ao CNPJ próprio da empresa, não se admitindo, em hipótese alguma, desconto ou cobrança de título na rede bancária.

4.10.13. O banco ao qual pertence à conta da empresa deve ser cadastrado no sistema do Banco Central do Brasil, para que seja possível a compensação bancária, na qual a SOF creditará os pagamentos a que faz jus a empresa contratada.

4.10.14. A CONTRATADA poderá alterar os dados bancários de pagamento, prescindindo de apostilamento contratual, desde que a nova conta informada seja de titularidade da CONTRATADA e vinculada ao CNPJ próprio da empresa, incumbindo-se a CONTRATADA de informar por escrito à Superintendência de Gestão de Contratos - SGC e à Superintendência de Orçamentos e Finanças - SOF, para fins de modificação nos sistemas internos do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

4.10.15. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.

4.10.16. Na existência de erros, omissões ou irregularidades, a documentação será devolvida à empresa contratada/fornecedora, para as correções devidas, passando o novo prazo para pagamento a ser contado a partir da data da apresentação dos documentos corrigidos.

4.10.17. Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.10.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, incidirão correção monetária e juros moratórios.

4.10.19. Fica convencionado que a correção monetária e os encargos moratórios serão calculados entre a data do adimplemento da parcela e a do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = TX/365 \quad I = 0,06/365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

4.10.20. A correção monetária será calculada com a utilização do índice IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10.21. No caso de atraso na divulgação do IPCA, será pago à licitante vencedora a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

4.10.22. Caso o IPCA estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.10.23. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial.

4.10.24. Previamente ao pagamento, o Tribunal deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

4.10.25. A eventual perda das condições de que trata o item 4.10.19 não enseja, por si, retenção de pagamento pela Administração.

4.10.26. Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Administração

deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação.

4.10.27. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em extinção contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

4.10.28. É facultada a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV, do art. 139, da Lei 14.133/2021.

4.10.29. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata o item 4.10.6.

4.10.30. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

4.10.31. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

4.10.32. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

4.11. Manutenção e Garantia

4.11.1. Os serviços de suporte técnico contemplados nos serviços de solução terão a finalidade de atender requisições, resolver incidentes, corrigir problemas, esclarecer dúvidas, além de viabilizar a manutenção e atualização de softwares e serviços que compõem a solução ofertada na plataforma AZURE.

4.11.2. Os serviços de suporte técnico serão solicitados diretamente junto à Microsoft, devendo o recebimento dos chamados ocorrer em período de 24 (vinte e quatro) horas por 7 (sete) dias na semana (24X7).

4.11.3. Os serviços de suporte técnico deverão ser atendidos, remotamente, em dias úteis, dentro do horário comercial, de 09h às 17h (conforme padrão STIC), podendo ser, dependendo do caso, via chamada telefônica local ou gratuita, e-mail e/ou em ferramenta adequada a ser disponibilizada pela CONTRATADA.

a) Será considerado o horário oficial de BRASÍLIA/DF.

b) Serão considerados dias úteis de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados estaduais e federais.

4.11.4. Não haverá limite de quantidade de chamados durante a vigência do contrato.

4.11.5. Na abertura de chamados, na ferramenta adequada a ser disponibilizada pela CONTRATADA, deverá ser possível informar a categoria de severidade (A - ALTA, B - MÉDIA e C - BAIXA) e demais informações necessárias ao eficiente atendimento, conforme as especificações deste documento.

4.11.6. A ferramenta adequada a ser disponibilizada pela CONTRATADA para atendimento dos serviços de suporte técnico deverá registrar um identificador único do chamado e disponibilizar um meio de acompanhamento do seu estado.

4.11.7. A atuação no contexto do suporte técnico seguirá as diretrizes do **plano Basic do Azure**, incluindo suas características de atendimento e limitações quanto a escopo e níveis de

serviço

4.11.8. A ferramenta para acompanhamento da solução dos chamados e emissão de relatórios deverá, ao final de cada atendimento, possibilitar a emissão de relatório técnico de acordo com os níveis de serviço (SLA) oficiais da MICROSOFT AZURE e definidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, contendo:

- a) Número de controle do chamado (protocolo).
- b) Nível de severidade (A, B ou C).
- c) Data e hora da abertura e fechamento do chamado.
- d) Nome do responsável pela abertura do chamado.
- e) Nome do responsável pelo atendimento.
- f) Descrição sucinta da ocorrência, da solução adotada e dos procedimentos realizados.
- g) Data e hora do início e do término da execução dos serviços.

4.11.9. A atualização do sistema e sua eventual indisponibilidade em horário da prestação de serviço deverá ser autorizada pela CONTRATANTE (STIC), que diligenciará para que a parada tenha o menor impacto possível.

4.11.10. A critério da CONTRATADA, a atualização do sistema poderá ser realizada fora do horário comercial, sem custos adicionais para a CONTRATANTE, com a garantia de que a normalização será concluída antes do início do horário comercial.

4.11.11. Quando a abertura do chamado ocorrer em dia útil, no horário padrão, a fluência do prazo iniciará no minuto imediatamente subsequente ao registro da abertura.

4.11.12. Quando a abertura do chamado (exceto SEVERIDADE A) ocorrer fora do horário padrão, a fluência do prazo iniciará no primeiro minuto do horário padrão do primeiro dia útil subsequente.

4.11.13. A CONTRATADA deverá fornecer relatório mensal contendo a quantidade total de horas de indisponibilidade do sistema por questões relacionadas a falhas nos serviços de nuvem AZURE, com a descrição dos motivos e soluções tomadas.

4.11.14. Para fins de apuração do ANS, nos casos de indisponibilidade do sistema da CONTRATADA onde a comunicação ocorra via central telefônica, a contagem do prazo inicia-se a partir da notificação do fato.

4.11.15. Deverão ser registradas na abertura do chamado as informações de identificação do usuário solicitante, data e hora.

4.11.16. A Plataforma deverá informar anormalidades e registrar, sempre que possível, as evidências (prints, logs, relatórios técnicos).

4.11.17. Deverá ser disponibilizado, mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente, relatório contendo informações técnicas sobre todos os atendimentos realizados e que receberam aceite da contratante.

4.11.18. A CONTRATANTE poderá solicitar relatórios a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA provê-los em até 05 (cinco) dias úteis.

4.11.19. Transferência de Conhecimento

4.11.19.1. A solução deverá ser acompanhada de documentação técnica compatível com o ambiente implementado, incluindo:

- a) Guias de configuração, administração e operação;
- b) Documentação de arquitetura da solução;
- c) Referências técnicas e orientações de uso dos serviços;

- d) Manuais de utilização e operação para equipes da contratante; e
- e) Indicação da documentação oficial do fabricante para aprofundamento técnico.

4.11.20. Direitos de Propriedade Intelectual e direitos autorais

4.11.20.1. Os direitos de propriedade intelectual dos equipamentos e softwares embarcados permanecerão de posse da empresa fabricante do produto a ser adquirido. Não haverá transferência de direitos de propriedade ao TJPI, que deterá apenas os direitos de uso da solução contratada.

4.12. Obrigações do Contratante

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/21, o CONTRATANTE deverá:

- 4.12.1.** Acompanhar, atestar e remeter nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto;
- 4.12.2.** Efetuar o pagamento do serviço, nas condições e preços pactuados, dentro do prazo fixado neste TR, após a entrega da documentação pelo Fiscal de Contrato ou pela Comissão de fiscalização à **SOF**.
- 4.12.2.1.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência;
- 4.12.3.** Comunicar à CONTRATADA o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada no fornecimento do objeto requisitado, que possa comprometer a tempestividade, a qualidade e a eficácia do uso a que se destina;
- 4.12.4.** Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada;
- 4.12.5.** Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;
- 4.12.6.** Manter os contatos com a CONTRATADA por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência que, posteriormente, devem ser confirmados por escrito no prazo de até 72 (setenta e duas) horas;
- 4.12.7.** Recusar, com a devida justificativa, qualquer serviço prestado ou material fornecido fora das especificações constantes no Termo de Referência;
- 4.12.8.** O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, transferência de responsabilidade da CONTRATADA para terceiros, sejam fabricantes, representante ou quaisquer outros;
- 4.12.9.** Permitir acesso dos empregados da contratada às dependências do Palácio da Justiça para entrega do objeto;
- 4.12.10.** Acompanhar os procedimentos a serem realizados pela Comissão de Fiscalização ou pelos Fiscais do instrumento contratual.
- 4.12.11.** Exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que venha a causar embaraço ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas;
- 4.12.12.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- 4.12.13.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste contrato, na forma no artigo 123 da Lei 14.133/21;
- 4.12.13.1.** Salvo disposição legal, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

4.12.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.12.15. Designar servidor do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ - TJPI para atuar como fiscal do contrato, devendo o mesmo acompanhar e fiscalizar a aquisição dos produtos, zelando pelo seu fiel cumprimento;

4.12.16. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais.

4.13. Obrigações da Contratada

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá:

4.13.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos inerentes e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.13.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constante no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal e cópia do contrato/ordem de fornecimento.

4.13.1.2. Manter, durante todo o período de vigência do ajuste, todas as condições exigidas para a habilitação.

4.13.1.3. Fiscalizar regularmente os seus recursos designados para a prestação dos serviços verificando as condições em que as atividades estão sendo realizadas.

4.13.1.4. Corrigir todos os serviços que não forem considerados satisfatórios pelo CONTRATANTE OU FISCAL TÉCNICO, mediante justificativa, sem que caiba qualquer acréscimo no custo contratado, independentemente das penalidades previstas nas Ordens de Serviços e Níveis de Qualidade fixados.

4.13.1.5. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e com as orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade.

4.13.1.6. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste processo de contratação, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

4.13.1.7. Todos os recursos materiais eventualmente disponibilizados pela CONTRATANTE de uso pela CONTRATADA, durante a execução do contrato, deverão ser devolvidos nas mesmas condições em que forem disponibilizados. Na impossibilidade da devolução dos recursos nas mesmas condições, a CONTRATADA fará a reposição dos mesmos sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE, desconsiderando a utilização e depreciação normal dos equipamentos utilizados.

4.13.1.8. Caso o chamado seja encerrado pela CONTRATADA sem anuência do CONTRATANTE ou sem que o problema tenha sido de fato resolvido, o mesmo será reaberta e os prazos serão contados em continuidade ao expresso inicialmente na abertura original do chamado, inclusive para efeito de aplicação de sanções previstas.

4.13.1.9. Caso a CONTRATADA preste o serviço em desacordo com o especificado nesta contratação, ela deverá substituir ou refazer o serviço, sem que isso gere ônus adicional ao CONTRATANTE.

4.13.1.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17, a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.13.2. Fornecer o objeto da contratação de acordo o prazo estabelecido no Contrato e/ou na Ordem de Fornecimento, a contar do seu recebimento, juntamente com a Nota de Empenho, conforme o estabelecido no Termo de Referência;

4.13.3. Assinar o Contrato Administrativo e retirar a Nota de Empenho no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data da sua disponibilização no Sistema Eletrônico SEI, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.;

4.13.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.13.5. Verificar previamente junto às empresas fornecedoras/fabricantes dos materiais especificados, a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar posteriormente problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição, como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento;

4.13.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme estabelece o art. 92, XVI da Lei nº 14.133/2021;

4.13.7. Responder satisfatoriamente qualquer questionamento do representante do TJPI, inerentes ao objeto da contratação, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, ressalvados os casos de urgência, nos quais o TJPI poderá solicitar resposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

4.13.8. Responder por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados durante a execução do Contrato;

4.13.9. Assumir total responsabilidade por quaisquer acidentes de que seus empregados venham a ser vítimas nas dependências do Contratante;

4.13.10. Manter os contatos com o CONTRATANTE sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência na execução do Contrato que, posteriormente, devem sempre ser confirmados por escrito, dentro de até 72 (setenta e duas) horas, a contar da data de contato;

4.13.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, **os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato**;

4.13.12. Arcar com o pagamento de todas as despesas decorrentes do fornecimento e instalação do objeto, incluindo as despesas definidas em leis sociais, trabalhistas, comerciais, tributárias e previdenciárias, impostos e todos os custos, insumos e demais obrigações legais, inclusive todas as despesas que onerem, direta ou indiretamente, o objeto ora contratado, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações da CONTRATADA, a título de revisão de preço ou reembolso;

4.13.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal de Justiça do Piauí, devendo ainda atender prontamente as reclamações;

4.13.14. Não transferir a outrem, o objeto do Contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante;

4.13.15. A CONTRATADA fica obrigada a disponibilizar o(s) número(s) do(s) telefone(s) da empresa ou do responsável, para atendimento dos chamados da CONTRATANTE, para solução do problema demandado, em caso de reclamações;

4.13.16. Comunicar ao Contratante, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas os motivos que eventualmente impossibilitem a prestação dos serviços no prazo estipulado, nos casos em que houver impedimento justificado para funcionamento normal de suas atividades, sob a pena de sofrer as sanções da Lei 14.133/2021;

4.13.17. Vincular-se ao que dispõe a lei nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Proteção de Defesa

do Consumidor);

4.13.18. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

4.13.19. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, Lei 14.133/21);

4.13.20. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

4.13.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

4.13.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

4.13.23. Considerando a Resolução nº 351 de 2020 do Conselho Nacional de Justiça e a implementação pelo CONTRATANTE da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação, a CONTRATADA obriga-se a fornecer aos seus colaboradores a estrutura de prevenção e combate ao assédio moral, sexual e contra toda forma de discriminação, através do planejamento e execução de ações preventivas, que devem ser divulgadas e adotadas como práticas permanentes, capacitando os colaboradores em como proceder no caso de suspeita de assédio; fornecer canal de recebimento de denúncias a serem apuradas e solucionadas, sempre que possível, por via conciliatória que resulte no ajuste de condutas, além de garantir a punição dos responsáveis, conforme cada caso.

4.13.23.1. As práticas estabelecidas no item 4.13.23 podem ser executadas mediante parceria entre o Contratante e a Contratada, cuja avença deve ser levada a termo através do competente instrumento, o que constitui uma faculdade do Contratante."

4.13.24. É expressamente vedada à CONTRATADA a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do TJ/PI, durante o período de fornecimento;

4.13.25. Realizar a liberação de créditos para consumo sob demanda, conforme ordens de fornecimento emitidas pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos estabelecidos.

4.13.26. Assegurar o acesso às funcionalidades da plataforma, incluindo serviços IaaS, PaaS, SaaS e soluções do Azure Marketplace, conforme demanda do CONTRATANTE

4.13.27. Disponibilizar ferramenta de registro e acompanhamento de chamados técnicos, com controle de histórico, identificação e rastreabilidade das demandas.

4.13.28. Observar e cumprir os níveis mínimos de serviço (NSE), especialmente quanto aos prazos de resposta e solução de incidentes.

4.13.29. Disponibilizar relatórios detalhados de chamados técnicos, contendo descrição da ocorrência, solução adotada e registros de atendimento.

4.13.30. Garantir a disponibilidade, continuidade e funcionamento dos créditos de computação em nuvem durante toda a vigência contratual.

4.14. Estimativa de preços

4.14.1. De acordo com a Pesquisa de Preços 109/2026 (7926877), o valor estimado da contratação é de **R\$ 308.468,04 (trezentos e oito mil quatrocentos e sessenta e oito reais e quatro centavos).**

4.15. Adequação orçamentária

4.15.1. Conforme informado no Despacho 18445 (SEI nº 7926934) essas são as fontes de recurso:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CRÉDITOS MICROSOFT AZURE		
Unidade Orçamentária: Fonte:	04105 - FERMOJUPI 760 - Recursos de Emolumentos, Taxas e Custas	
Ação Orçamentária Classificação Funcional Progr.: Natureza da Despesa: Plano Orçamentário:	6076 - JUSTIÇA DIGITAL 02.061. 0115. 6076 339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica 000162 - 1º Grau de Jurisdição	
Ação Orçamentária Classificação Funcional Progr.: Natureza da Despesa: Plano Orçamentário:	6076 - JUSTIÇA DIGITAL 02.061. 0115. 6076 339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica 000163 - 2º Grau de Jurisdição	

4.16. Do reajuste e alterações

4.16.1. O contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 124, da Lei n.º 14.133/2021, desde que haja interesse do TJ/PI, com a apresentação das devidas justificativas.

4.16.1.1. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo. (Lei 14.133/21, art 136).

4.16.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, que se deu em 19/03/2026.

4.16.2.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) do Instituto de pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.16.2.1.1. No caso de reajuste será utilizado o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) do Instituto de pesquisa Econômica Aplicada - IPEA ou índice setorial, ou específico que venha a ser criado e melhor reflita a variação de preços do mercado.

4.16.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.16.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

4.16.2.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.16.2.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.16.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.16.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato.**

4.16.4. Os reajustes e alterações ao Contrato serão formalizados por meio de termo aditivo, sendo possível, de forma excepcional, a antecipação dos seus efeitos contanto que a formalização seja realizada dentro do prazo máximo de 01 (um) mês, de acordo com o art.132,

da Lei 14.133/21.

4.16.5. No caso de pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, o prazo para resposta será de 90 (noventa) dias.

4.17. Sanções Administrativas

4.17.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa quais sejam:

4.17.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

4.17.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

4.17.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

4.17.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

4.17.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

4.17.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

4.17.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

4.17.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

4.17.1.9. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

4.17.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

4.17.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

4.17.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

4.17.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.17.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 4.17.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa

b.1.) Multa moratória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias,

b.2.) Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do objeto, configurada após o nonagésimo dia de atraso;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 4.21.1.2 a 4.21.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 4.17.1.8

a 4.17.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

4.17.3. A aplicação das sanções previstas neste TR não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º)

4.17.4. Todas as sanções previstas neste TR poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º).

4.17.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

4.17.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º).

4.17.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

4.17.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

4.17.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.17.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

4.17.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste TR ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

4.17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 4.17.1.6, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME nº 73/2022](#).

4.17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, da Comissão Permanente de Processo Administrativo Contratual-CPPADCON que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação,

apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

4.17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

4.17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

4.17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

4.17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

4.17.15. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

4.17.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

4.17.17. Serão publicadas no Diário da Justiça do TJPI as sanções administrativas previstas, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

4.17.18. As sanções de multa por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no **ANEXO I** do Termo de Referência.

4.18. Das Infrações Administrativas Editalícias e Sanções

4.18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

4.18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento solicitado pelo(a) agente da contratação durante o certame;

4.18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta quando:

4.18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

4.18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

4.18.1.2.3. Pedir desclassificação quando encerrada a etapa competitiva;

4.18.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

4.18.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

4.18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

4.18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

4.18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

4.18.1.5. Fraudar a licitação;

4.18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

4.18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

4.18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

4.18.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

4.18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

4.18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

4.18.2. Com fulcro na [Lei 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

4.18.2.1. Advertência;

4.18.2.2. Multa;

4.18.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

4.18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até reabilitação perante a autoridade competente.

4.18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

4.18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

4.18.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

4.18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

4.18.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

4.18.3.5. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado da Administração para o item ou grupo licitado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

4.18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 4.18.1.1, 4.18.1.2 e 4.18.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor estimado da Administração para o item ou grupo licitado;

4.18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 4.18.1.4, 4.18.1.5, 4.18.1.6, 4.18.1.7 e 4.18.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor estimado da Administração para o item ou grupo licitado.

4.18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, cumulativa ou isoladamente, à penalidade de multa.

4.18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

4.18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações previstas nos itens 4.18.1.1 a 4.18.1.3, quando não se justificar penalidade mais grave, impedindo licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

4.18.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações previstas nos itens 4.18.1.4 a 4.18.1.8 e àquelas dos itens 4.18.1.1 a 4.18.1.3 que justifiquem penalidade mais grave, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

4.18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato caracterizará descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às sanções, inclusive perda da garantia de proposta (art. 45, § 4º da IN SEGES/ME nº 73/2022).

4.18.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade demandará instauração de processo administrativo, assegurado contraditório e ampla defesa, conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis.

4.18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis das sanções de advertência, multa e impedimento, contado da intimação, dirigido à autoridade que as aplicou.

4.18.12. Caberá pedido de reconsideração da sanção de declaração de inidoneidade no prazo de 15 (quinze) dias úteis, decidido em até 20 (vinte) dias úteis.

4.18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

4.18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

4.18.15. O Contratante deverá, em até 15 (quinze) dias úteis da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções para publicidade no CEIS e CNEP (art. 161, Lei 14.133/2021).

4.18.16. As sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

4.18.17. Serão publicadas no Diário da Justiça do TJPI as sanções administrativas previstas, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

5. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), tendo em vista, trata-se de prestação do serviço por escopo.

5.2. Trata-se de contratação de baixo risco de inexecução, tendo em vista que o pagamento só será realizado após a prestação do serviço, que são comuns, e a adoção de garantia poderia onerar a administração de forma desnecessária. Pelo motivo exposto dispensa-se o uso da garantia de execução.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

6.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não

ensinará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

6.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.4.3. Indenizações e multas.

6.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

6.6. A extinção do contrato poderá ser:

6.6.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

6.6.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

6.6.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

6.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

6.8. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

a) devolução da garantia;

b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

c) pagamento do custo da desmobilização.

6.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

6.9.1. assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

6.9.2. ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

6.9.3. execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

6.9.4. retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

6.10. A aplicação das medidas previstas nos subitens 6.9.1. e 6.9.2. ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

6.11. Na hipótese do subitem 6.9.2., o ato deverá ser precedido de autorização expressa do

7. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8. DA APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

8.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

8.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual;

8.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD;

8.4. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE;

8.5. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, em prazo razoável, nos termos do art. 48 da LGPD.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O objeto deverá entregue conforme exigência na legislação em vigor;

9.2. Todas as comunicações referentes à execução do contrato ou outras necessárias, bem como juntada de documentação serão consideradas regularmente feitas por meio eletrônico. A contratada deverá utilizar-se da ferramenta de Peticionamento Eletrônico, via sistema SEI, conforme manual disponível no link https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/wp-content/uploads/2021/04/Manual___Peticionamento_tjpi.pdf, em consonância com a Portaria/TJPI N° 365/2021.

9.3. Em caso de dúvidas acerca da ferramenta de peticionamento eletrônico ou uso da plataforma SEI poderá ser consultado o endereço eletrônico <https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/sei>.

9.4. Será admitida a protocolização de documento por meio diverso quando se mostrar tecnicamente inviável a utilização do meio eletrônico e se verificar risco de dano relevante à celeridade do processo, nessa hipótese, a contratada deverá protocolar no Serviço de Protocolo do TJ/PI, por meio físico ou virtual, através do e-mail protocolo@tjpi.jus.br.

9.5. O Contrato obriga as partes e seus eventuais sucessores.

9.6. No ato da assinatura do contrato a Contratada declarará que:

a) Em sendo contratado, submeter-se-á à previsão da Resolução do CNJ n° 07/2005, alterada em seu art. 3° pela Resolução do CNJ n° 09/2005, que veda a manutenção, aditamento ou

prorrogação de contrato de prestação de serviços com aquele que contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

b) Em sendo contratado, submeter-se-á à previsão da [Resolução nº 156/2012 do CNJ](#), que veda a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de função de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução supracitada.

c) Para fins no disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz;

d) Para fins no disposto nos incisos IV e VI, do Artigo 14 da Lei 14.133/2021 que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, bem como que, nos 5 (cinco) anos anteriores à contratação, não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

9.7. A Contratada responderá pelos vícios de qualidade e de quantidades que venham a ser constatados no objeto que os tornem impróprios ou inadequados aos fins a que se destinam.

ANEXO I

(INFRAÇÕES, GRAUS, MULTAS PARA OS CONTRATOS)

Item	Infração	Grau	Multa
1	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas leves	1	Moratória
2	Não entrega de documentação simples solicitada pelo CONTRATANTE	1	Moratória
3	Atraso parcialmente justificado na entrega até 30 dias.	1	Moratória
4	Atraso parcialmente justificado na entrega acima de 30 dias até 60 dias.	2	Moratória
5	Atraso parcialmente justificado ou injustificado na entrega acima de 60 dias.	2	Compensatória
6	Descumprimento de outros prazos, previstos do TR	2	Moratória
7	Erros de execução do objeto	3	Moratória
8	Desatendimento às solicitações do CONTRATANTE	3	Moratória
9	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais anteriores, que seriam consideradas médias	3	Moratória
10	Execução imperfeita do objeto	3	Moratória
11	Não manutenção das condições de habilitação e de licitar e contratar com a Administração Pública durante a vigência contratual	4	Compensatória
12	Não entrega de documentação importante solicitada pelo CONTRATANTE	4	Compensatória
13	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que seriam consideradas graves	4	Compensatória

14	Inexecução parcial do Contrato	4	Compensatória
15	Descumprimento da legislação (legais e infralegais) afeta à execução do objeto (direta ou indireta)	5	Compensatória
16	Cometimento de atos protelatórios durante a execução visando adiamento dos prazos contratados	5	Compensatória
17	Inexecução total do Contrato	5	Compensatória

Grau	Advertência - 1ª Ocorrência	Mora moratória Valor Mensal	Multa Compensatória
1	Sim	Não	Não
2	Não	1% a 4,9% por ocorrência ou contrato	1,5% a 4,9% por ocorrência ou contrato
3	Não	5% a 8,9% por ocorrência ou contrato	8,0% a 14,9% por ocorrência ou contrato
4	Não	9% a 11,9% por ocorrência ou contrato	15,0% a 24,9% por ocorrência ou contrato
5	Não	12% a 15% por ocorrência ou contrato	25% a 30% por ocorrência ou contrato

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS -NSE

(Anexo Nº 867/2026 (SEI nº 8318057))

ANEXO III

ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÃO

(Anexo 868 (SEI nº 8318085))

ANEXO IV

(MODELO DE PROPOSTA

(Anexo 869 (SEI nº 8318097))



Documento assinado eletronicamente por **Giovanny Lima de Castro, Coordenador de Infraestrutura - STIC**, em 25/06/2026, às 10:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sávio Mota Carneiro, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC**, em 25/06/2026, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tipi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **8318024** e o código CRC **B102C2B8**.

